

TRANSIÇÃO Orçamento em negociação

Mercado reprova tirar Auxílio do teto

Analistas financeiros alertam que retirada de programa da regra fiscal, que equipe de Lula discute com o Congresso na forma de PEC, coloca em risco as contas públicas

ANNA CAROLINA PAPP
ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

Investidores do mercado financeiro reagiram mal à proposta em avaliação pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de retirar, de forma permanente, os desembolsos com transferência de renda do teto de gastos – a regra que limita o crescimento das despesas públicas à inflação. A medida é uma das opções na mesa para viabilizar um Auxílio Brasil (que deve voltar a se chamar Bolsa Família) de R\$ 600 no ano que vem.

A preocupação se dá porque a alternativa vem ganhando força na equipe de transição – que antes priorizava apenas uma “licença” temporária para gastar além do teto, por meio da chamada PEC da Transição.

Para o mercado, essa saída pode deteriorar a trajetória da dívida pública. “Tirar os programas sociais do teto é a pior das possibilidades. Não que os programas sociais não sejam importantes. Mas, à medida que você tira uma classe de gastos de dentro do teto, ele passa a não ter referência para frente”, afirma Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos. “É uma alternativa que fragiliza muito a pre-

visibilidade da política fiscal.” A medida sempre foi um desejo do mundo político, sobretudo depois da pandemia de covid-19, quando a elevação das

Armadilha
Quanto mais despesas são tiradas do teto, mais tende a crescer endividamento, ressaltam especialistas

despesas do Auxílio Brasil comprimiu ainda mais o espaço orçamentário para outras políticas, pelas amarras do teto de gastos.

Excluir do teto os gastos de R\$ 175 bilhões do programa

abriria um espaço no Orçamento de 2023 para outras despesas, como o aumento do salário mínimo, em R\$ 105 bilhões. A diferença se deve ao incremento do Bolsa Família com as promessas feitas por Lula na campanha, como a manutenção dos R\$ 600 (R\$ 52 bilhões) e R\$ 150 para famílias com crianças de até seis anos (R\$ 18 bilhões).

“Precisamos em algum momento ter um superávit primário de 2% a 2,5% do PIB. Sem isso, não teremos uma dívida/PIB estável com uma pequena tendência de redução, que é o que o Brasil precisa. Pode-se, temporariamente, fugir desse número, mas não permanentemente”, diz o ex-diretor do

Banco Central e sócio-fundador da Mauá Capital, Luiz Fernando Figueiredo, que defende uma “licença” na casa dos R\$ 100 bilhões.

Integrantes da equipe de Lula avaliam, segundo apurou o **Estadão**, que a medida é a mais viável pois tem a vantagem da previsibilidade, embora vá mexer com o mercado de juros e de câmbio num primeiro momento. Segundo fontes, as despesas públicas aumentariam de 19% para 19,3% do PIB e deveriam ser acompanhadas por propostas de aumento de receitas – o que é difícil no início de governo, admitem. ●

LÍDER DO PT QUER TIRAR DESPESAS ATUAIS E FUTURAS DO TETO COM AUXÍLIO. PÁG. B2

TRANSIÇÃO Orçamento em negociação

Líder do PT quer tirar do teto despesas ‘atuais e futuras’ com Auxílio

Deputado prevê que, com manobra, haverá ‘dezenas de milhões’ para obras e programas como o Minha Casa Minha Vida

IANDER PORCELLA
EDUARDO GAYER
BRASÍLIA

O líder do PT na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (MG), defendeu ontem a retirada das despesas com transferência de renda do teto de gastos. “Atuais e futuras, ponto”, disse a jornalistas ao chegar ao CCBB, sede do governo de transição, em Brasília.

O deputado chegou a defender retirar até os gastos com obras da regra que atrela o crescimento das despesas públicas à inflação. Segundo ele, com isso haverá “dezenas de milhões” de recursos para obras paradas e para o programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Como mostrou o **Estadão**, a equipe de Lula avalia pedir ao Congresso uma “licença” para gastar de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões fora do teto de gastos em infraestrutura e habitação no próximo ano.

Lopes confirmou que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva prefere bancar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para gastos ex-

tras em 2023 além do teto, incluindo a manutenção do Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família, em R\$ 600. No domingo, o **Estadão** revelou que este seria o “plano A” de Lula.

“Sim, acredito que vai ser PEC, vai ser PEC. Agora, é fechar detalhes, o texto, construir o caminho da PEC com a equipe técnica do Senado e da Câmara”, afirmou ele, após sair da residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), com quem Lula se encontrou pela manhã. “(Na reunião) se tratou que o caminho... o presidente Lula tem preferência pela PEC. E agora o Geraldo Alckmin, o Mercadante e a gente junto vamos construir uma próxima reunião para detalhar o texto da PEC”, emendou o líder do PT na Câmara. De acordo com ele, a proposta pode ser apresentada nos próximos dias. A

Agora é fechar detalhes, o texto, construir o caminho da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) com a equipe técnica do Senado e da Câmara”

Reginaldo Lopes
Deputado federal (PT-MG), líder do PT na Câmara

tramitação, por sua vez, deve começar pelo Senado.

Prevaleceu a avaliação de que alterar a Constituição para bancar promessas de campanha traz mais segurança jurídica do que o uso de crédito extraordinário via medida provisória. Um dos principais cotados para relatar a proposta é o senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do Orçamento de 2023.

LIRA. A conversa entre Lira e Lula, de quase duas horas, foi a primeira dos dois após a eleição. O presidente da Câmara e o petista chegaram a trocar farpas nos últimos meses por causa do orçamento secreto e da discussão iniciada por Lira no Congresso sobre a adoção do semipresidencialismo no País. Lula chegou a chamar Lira de “impeador do Japão”. Em seguida, o presidente eleito se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que também sinalizou apoio à aprovação do texto.

Conforme fontes que participam da elaboração da PEC da Transição, o governo eleito quer dobrar o volume de investimentos previstos no Orçamento de 2023, para deixar marcas logo no primeiro ano de mandato. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1 e 2